



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ANÁLISE E REPERCUSSÕES DA AVALIAÇÃO  
ESCOLAR DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

**BELO HORIZONTE  
2011**



**ADRIANA OLIVEIRA CORREA**

**ANÁLISE E REPERCUSSÕES DA AVALIAÇÃO  
ESCOLAR DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino.

**BELO HORIZONTE**

**2011**



**ADRIANA OLIVEIRA CORREA**

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (orientadora) - UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior - UFMG

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de julho de 2011

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu tutor de todas às horas. Ao querido esposo Márcio e aos meus dois maiores tesouros Luís Márcio e Giovana Vitória, meus amados filhos, sem eles como inspiração e força não teria chegado até aqui.*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa o PPP de uma escola municipal da região metropolitana da capital de Minas Gerais. Dentre os temas elencados no referido PPP, ressaltamos a avaliação, pelo fato de diagnosticar que a avaliação escolar encontra-se individualizada e fragmentada nessa escola. Nesse contexto, realizamos uma análise do processo evolutivo da avaliação até chegarmos à atual realidade da avaliação escolar na citada escola.

## SUMÁRIO

Introdução.....	6
Desenvolvimento.....	7
Conclusão.....	12
Referências Bibliográficas.....	14
Anexo.....	15

## INTRODUÇÃO

A avaliação é uma atividade constante na vida de todos os seres humanos. Todos são avaliados o tempo todo, em diversas situações, na vida e na escola. Pretende-se com esse trabalho refletir sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos na E. M. Oliveira de Assis Rodrigues<sup>1</sup> a partir dos pressupostos indicados no PPP. A análise do PPP da referida escola, possibilitou repensar a avaliação escolar em seu processo e buscar respostas para as diversas questões: com quais objetivos essa avaliação é realizada, os instrumentos utilizados, conhecer os envolvidos nesse processo e analisar como é tratado o resultado dessas avaliações.

No PPP da escola foi diagnosticado que não há um critério de avaliação definido coletivamente, cada professor acaba utilizando seus critérios e parâmetros avaliativos. Porém, mudanças estão acontecendo no ano de 2011 e o coletivo da escola está começando a mudar essa realidade. Como gestora, tornou-se necessário pesquisar o assunto e participar efetivamente dessas mudanças, visando garantir o sucesso do processo ensino aprendizagem dos alunos, uma educação de qualidade e a satisfação dos professores e da comunidade escolar.

Para a análise do PPP foi feita uma reflexão da avaliação, para que se pudessemos compreender a evolução das concepções de educação e da avaliação. Depois foi analisado como a avaliação é vista pelo sistema de ensino a qual a escola pertence e traçado um paralelo entre a literatura pesquisada e o trabalho desenvolvido na escola.

---

<sup>1</sup> Nome fictício para preservar a escola mencionada nesse TCC e no PPP em anexo.

## DESENVOLVIMENTO:

A avaliação foi praticada de várias maneiras e objetivos diversos, dependendo da concepção de educação de cada época.

No Brasil iniciou-se o processo de educação com os jesuítas, logo após a colonização. A educação jesuítica era baseada na repetição e sua avaliação era basicamente oral, fundamentada na contagem de erros e acertos, onde a função primordial dos jesuítas era a de disciplinar os alunos. (COMIS, 2006).

Na Carta Constitucional foi aprovada, a regulamentação do ensino em 1824 no Brasil. Entretanto, essa educação não abrangeu a todos de forma democrática, pois poucas pessoas tiveram o acesso. De forma que a classe popular ficou fora do âmbito da escola. Na época do império, a avaliação encontrava-se ainda sem regularidade, sem sistematização e precária. (COMIS, 2006). De acordo com Comis (2006) no período republicano, o ensino passou a ser uma atividade contínua e sistemática, fazendo da avaliação um processo burocrático constituído de exames orais, escritos e práticos. Nesse sentido, a perspectiva da avaliação era de que ao final o aluno passasse por uma verificação de aprendizagem que determinava aprovado ou reprovado.

As formas de classificar os alunos tinham parâmetros determinados:

[...] os exames eram classificados em graus: distinção, aprovação plena e reprovação [...] a partir de 1904, passaram a ser expressos em notas. Surge assim, um sistema altamente normatizado, padronizado e ritualizado. O império da classificação intrínseco à escola graduada, exigia por sua vez, um elaborado mecanismo de legitimação (SOUZA, 1998, p.244).

E neste contexto, a avaliação e a educação no Brasil, tradicional por aproximadamente 210 anos e ainda existente nos dias atuais, traduzia um ensino centrado na figura do professor, com aluno passivo, receptor de conteúdos que deveria reproduzir o que memorizou através de provas orais, escritas e práticas.

Libâneo (1994, p.64) salienta que:

Os objetivos explícitos ou implícitos referem-se à formação de um aluno ideal, desvinculado da sua realidade concreta. O professor tende a encaixar os alunos num modelo idealizado de homem que nada tem a ver com a vida presente e futura. A matéria de ensino é tratada isoladamente, isto é, desvinculada dos interesses dos alunos e dos problemas reais da sociedade e da vida.



O autor supracitado fez a análise dessa dimensão de avaliação, em que a concepção de educação, tem como foco o papel de medir a quantidade de conhecimento assimilado pelos alunos.

Na década de 20, este tipo de educação foi fortemente criticada. Um dos críticos que se destaca é Anísio Teixeira, defensor de uma escola integradora que se adapte ao aluno e para chegar a este patamar precisava: “[...] primeiro de tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para exames) e de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual.” (TEIXEIRA, 1976, p.85).

Com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, surge o movimento da Escola Nova, fazendo com ascendesse em todos, a esperança em uma escola diferente, pautada pela democracia e transformadora. Nesse intuito, compreendia a importância dos “aspectos internos e subjetivos na formação do aluno, valorizando a liberdade e a criatividade da criança.” (COMIS, 2006, p.139). A avaliação, nesse contexto, tinha como objetivo valorizar o processo de aprendizagem e avaliar o aluno integralmente. Comis (2006) reiterou que os ideais eram bons, mas nem todos os professores aderiram a essa nova filosofia educacional.

Nas décadas de 60 e 70, com a industrialização do Brasil, a educação se tornou tecnicista, por imposição dos organismos oficiais, tentando adequar a educação à necessidade econômica da época. Cabia aos professores repassar o que tinha nos manuais, sendo um mero executor do planejamento. Nesse aspecto, a avaliação teve alterações em sua concepção e adquiriu um formato mecânico de cobrança, em que o “sistema de notação é sem dúvida numérico, em coerência com a idéia de ‘medir’ que a tudo preside, e varia segundo a quantidade de acertos programados”. (CHAGAS, 1980, p.255).

A partir da década de 80 a educação começa a tomar novos rumos e os objetivos educacionais passam a ser:

Definidos a partir das necessidades concretas dos alunos e do contexto histórico-social no qual se encontram inseridos, e os conteúdos, selecionados a partir da cultura, são considerados instrumentos de luta para a transformação social. (COMIS, 2006, p.141)

Com isto, as idéias de uma educação para o povo tomaram maior força e a educação conhecida como Progressista, “contudo, em razão da não definição de

uma metodologia clara de avaliação do aluno [...] nada se altera nas práticas pedagógicas e avaliativas dos professores”, ressalta Comis (2006, p.141).

Nas décadas de 80 e 90, diversas discussões geraram a implementação de políticas públicas e legislações que renovaram a educação no país. Entre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que tratava de vários temas como organização em ciclos, progressão continuada, inclusão, alteração dos tempos e espaços escolares. Ressaltamos o artigo 24 em seu inciso V que tratou sobre:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (LDB, 1996).

Ao longo do tempo foram ocorrendo mudanças na organização educacional e em uma concepção de avaliação na escola contemporânea. Nesse contexto, a avaliação perpassa o cotidiano de todos, “seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões” (DALBEN, 2005, p.66). A avaliação, assim concebida torna-se constante em nossas vidas, pois somos avaliados por nós e pelos que estão próximos de nós desde a tenra infância.

Analisando o PPP da E. M. Oliveira de Assis Rodrigues foi possível perceber que mesmo fazendo parte da rotina da atividade humana, desde uma simples revisão dos acontecimentos do seu dia até nas atividades escolares, a avaliação se dá de diversas formas durante todo o processo, seja como diagnóstico ou verificação do alcance de metas.

Nas escolas há muito se fala de avaliação contínua e processual e ao mesmo tempo as atuais avaliações sistêmicas mensuram o aprendizado do aluno, transformando-o em dados e índices.

Analisamos que há contradição no que se situa entre o que se espera da avaliação e o resultado pontual colhido e apresentado pelo IDEB. Sabemos que todas as formas de avaliação são importantes e devem ser utilizadas não só para

identificar o nível de desenvolvimento dos alunos como para aprimorar e/ou renovar as metodologias e práticas utilizadas por professores e escolas.

Segundo o PPP, elaborado no início do ano letivo, ainda não existia na E. M. Oliveira de Assis Rodrigues, um critério de avaliação definido coletivamente. Cada professor utilizava seus critérios e parâmetros avaliativos.

Após várias discussões com professores, pedagogos e direção e um amplo programa de capacitação a Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas reflexões sobre qual tipo de escola, de aluno, de ensino, de aprendizagem e de educação deverão ser oferecidos no município.

Percebendo-se que as escolas trabalham com a concepção de ciclos, que propõem a progressão continuada do aluno, foi necessário rever o sistema de avaliação que era utilizado na escola.

Não cabia mais uma avaliação baseada em acertos e erros, uma vez que havia necessidade de diagnosticar se os alunos tinham alcançado as metas dentro das competências previstas ao final dos ciclos. Era necessário mais que medir para atingir esse objetivo.

Existe ainda a retenção do aluno no final do Ciclo, visando oportunizar o desenvolvimento das competências e habilidades em processo, regulada por uma portaria da SEMED com a porcentagem máxima de retenção ao final de cada ciclo.

Mas o conceito de avaliação mudou entre os profissionais da educação. Ela deixou de exercer o papel de finalidade, maneira de saber quem não sabe. Passou a exercer o papel de meio de conhecer o que o aluno aprendeu para reformular o processo pedagógico.

Segundo o Regimento das Escolas Municipais de Betim, em seu Título IX, SEÇÃO II, Art. 133:

A avaliação escolar se constitui parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e deve ocorrer de forma permanente, constante e continuada, durante todo o processo letivo, de sorte a preservar a progressão continuada do aluno e sua permanência na unidade escolar (p.30).

Não há mais sentido em avaliar para aprovar ou reprovar. É necessário avaliar para descobrir o que e como ensinar. O Regimento afirma ainda que os alunos devam ser avaliados por instrumentos diversificados e ser um processo contínuo.

Ainda nessa linha de pensamento, a SEMED elabora semestralmente avaliações, de acordo com a matriz curricular que é desenvolvida pela rede e os descritores da Provinha Brasil, avaliando todos os alunos de todas as escolas.

O que mudou visivelmente no modo de avaliar na escola e no município foi o tratamento dos dados, os acertos e erros não são mais utilizados para premiar ou castigar. Os resultados são analisados, tabulados, discutidos e utilizados para implementar novas ações pedagógicas, materiais didáticos e planos para recuperação de aprendizagem.

Na escola tem-se procurado criar alternativas para amenizar as dificuldades descobertas no resultado das avaliações dos professores e da SEMED tais como: flexibilização de alunos em ciclos diferentes, atendimento a pequenos grupos e turmas flexíveis dentro do próprio ciclo.

A participação de professores e alunos nas diferentes formas de avaliar passou a ser uma constante na E. M. Oliveira de Assis Rodrigues, o que demonstra uma dinâmica interação entre os sujeitos, o seu meio e as diversas formas de aprendizagem.

Salvador (1994 p.123) discutindo essa questão afirma:

[...] o desenvolvimento pessoal é o processo mediante o qual o ser humano faz sua a cultura do grupo social a que pertence, de tal maneira que, neste processo, o desenvolvimento da aptidão cognitiva está fortemente vinculado e modulado pelo tipo de aprendizagens específicas e de experiências educacionais.

Reconhecendo esta diversidade de saberes os professores da referida escola perceberam o significado das múltiplas possibilidades de trabalho docente e a importância de considerar como ressalta Caldeira (2000, p.122) que:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

O ato de avaliar envolve um processo de reflexão dos educadores sobre sua própria ação prática e este é sem dúvida um dos avanços alcançados em 2011 pelos professores da E. M. Oliveira de Assis Rodrigues, rever a postura frente à educação para que a verificação da aprendizagem seja realizada como sugerida pela LDB, deve fazer parte também desta reflexão.

Segundo Andrighetto E Richter (2009) a Lei usa a expressão “verificação do rendimento escolar” em sua redação. Eles afirmam que:

Verificar, numa de suas acepções, quer dizer comprovar; rendimento pode ser entendido como eficiência. Então de acordo com a lei, cabe a escola comprovar a eficiência dos estudantes nas atividades, ou seja, avaliar o êxito por eles alcançado no processo de ensino aprendizagem. (ANDRIGHETTO E RICHTER, 2009. p.1543)

Enfim, é preciso ampliar a visão de avaliação e romper barreiras de forma que tudo e todos sejam avaliados na perspectiva de aprimorar, ampliar e tornar mais eficaz o processo de ensino-aprendizagem, não só na escola, mas também na comunidade onde está inserida e em toda a sociedade (PPP, 2010, p.15).

## **CONCLUSÃO:**

Avaliar não é a mesma coisa que medir. Avalia-se um processo humano contínuo. Realiza-se a avaliação para obter sobre o aluno “uma informação mais abrangente que a simples e pontual referência das provas, tem função legitimadora da ideologia das sociedades modernas” conforme Andrighetto e Richter (2009. p.1543)

A época não é mais de avaliação para aprovar ou reprovar. Chegou à época da avaliação para nortear o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos. A avaliação deixa de ser um sistema de medida:

“[...] a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem”. (LUCKESI, 1995, p. 81.).

Ela passa a ser um meio de diagnosticar onde o aluno está e de onde se deveria partir para que ele alcance com êxito os objetivos, que devem ser alcançados no processo ensino aprendizagem.

A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe de uma forma solta e isolada como explica Luckesi (1995, p. 82.), “[...] para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica”.

Compreender a avaliação requer entender a suas múltiplas funções, além de exercer a função diagnóstica, a mesma, deve ser formativa e reguladora das aprendizagens e da prática dos educadores, visando o redimensionar o processo ensino aprendizagem.

A afirmação de PERRENOUD (1993, p.173): “Mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola.”, sintetiza muito bem os processos e concepções atuais vivenciados não só pelos educadores da E. M. Oliveira de A. Rodrigues, bem como de outras escolas. Pois, quando se propõe rever, reavaliar e/ou renovar os mecanismos de avaliação da escola é preciso mudar também a compreensão dos significados socialmente construídos, reconfigurar a pratica escolar e principalmente a relação entre sujeito, processo ensino aprendizagem e prática docente.

Faz-se necessário lutar por políticas de formação, garantia de suporte para intervenções, incentivos a renovação, autonomia nas decisões e rompimento dos “percentuais” de retenção por parte das secretarias de educação. Ou seja, “mudar a escola” não é uma tarefa fácil...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRIGHETTO, Marcos José e RICHTER, Cleitom José. **Avaliação Escolar**. I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia – 2009. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. P 1540 a 1550.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 de Março de 2010.

CALDEIRA, Anna M. Resignificado a avaliação escolar. In: **Presença Pedagógica. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB**. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de avaliação,3).

CHAGAS, V. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

COMIS, D. A função social da escola e da avaliação da aprendizagem. In: **Dialogia**, São Paulo, v.5, p. 135-144, 2006.

CORRÊA, Adriana Oliveira. **PPP da E. M. Oliveira de Assis Rodrigues**. Curso de especialização (latu sensu) em gestão escolar - Projeto vivencial

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Avaliação escolar. In: **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.

LIBÃNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo; Cortês, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação e Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano e NÓVOA, Antônio (Org.) **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto: Porto Ed., 1993b

SALVADOR, César Coll. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOUZA, R. F. **Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado São Paulo (1890-1910)**. 1ed. São Paulo: Unesp. 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **A Educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Brasília, DF, INL. 1976.

# ANEXOS





**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR  
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL OLIVEIRA DE ASSIS RODRIGUES**

**ADRIANA OLIVEIRA CORREA**

**BETIM  
2010**



**ADRIANA OLIVEIRA CORREA**

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL OLIVEIRA DE ASSIS RODRIGUES**

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Gláucia de Fátima Silva.

**BETIM  
2010**

*“A qualidade do ensino, mesmo atendida à universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos”.*

Carlos Roberto Jamil Cury

## SUMÁRIO

1- Introdução.....	4
2- Finalidades da Escola .....	6
3- Estrutura Organizacional .....	7
4- Currículo .....	9
5- Tempo Escolar .....	10
6- Processo de Decisão .....	12
7- Relações de Trabalho .....	13
8- Avaliação .....	14
9- Referências Bibliográficas .....	16

## **INTRODUÇÃO:**

O presente documento apresenta o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Oliveira de Assis Rodrigues, localizada no Bairro Petrovale, inaugurada em 19 de abril de 1993 no município de Betim.

A construção deste PPP foi iniciada no ano 2000 com questionários realizados com os alunos, por amostragem, onde foi traçado o perfil do alunado e o histórico da escola.

Mas apesar da boa iniciativa e do PPP ser um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social como ressalta Azevedo (2010), o processo de construção foi interrompido.

No ano de 2004, desta vez envolvendo toda a comunidade escolar, pais, alunos e profissionais da educação, foi reiniciada a construção do PPP, com reuniões mensais e questionários por segmento. Após a tabulação de parte dos questionários e das discussões coletivas realizadas o processo foi novamente interrompido.

Em 2007 foi realizado um seminário de reflexão da práxis pedagógica, que entre outros objetivos, visava retomar a construção do PPP, com encontros coletivos quinzenais nos meses de maio e junho, mas no segundo semestre estes encontros foram suspensos por determinação da secretaria de educação.

Com a proposta da Escola de Gestores 2010, os dados anteriores foram levantados, novos questionários aplicados e a construção coletiva retomada até o fechamento deste documento que proporcionará discussões permanentes, "(...) já que não existe, na construção do projeto político-pedagógico da escola, um ponto ótimo (final) senão pontos de partida sempre renovados, ritualizados e ampliados em sintonia com o mundo vivido numa incessante busca de significados novos para viver (BARCELOS, 1992)".

A instituição pertence ao sistema municipal de ensino de Betim, atende a 954 alunos em três turnos, possui 49 professores, 5 pedagogas, 24 profissionais da área administrativa, 8 estagiários e 5 pessoas compondo a equipe gestora, divididos da seguinte forma:

- 1º turno: 352 alunos de 1º e 2º ciclo
  - 18 professoras PI
  - 02 pedagogas

- 02 técnicas de secretaria
- 01 técnica de biblioteca
- 03 agentes de serviço
- 06 estagiários para acompanhamento dos alunos NEE
- 2º turno: 417 alunos de 3º e 4º ciclo
  - 20 professores PII
  - 02 pedagogos
  - 02 técnicos de secretaria
  - 02 técnicos de biblioteca
  - 03 agentes de serviço
  - 02 estagiários para acompanhamento dos alunos NEE
- 3º turno: 185 alunos da EJA
  - 03 professoras PI
  - 06 professores PII
  - 01 pedagoga
  - 01 técnica de secretaria
  - 01 técnica de biblioteca
  - 02 agentes de serviço
- Quadro complementar:
  - 01 professora PI de laudo no Xerox (1º e 2º turno)
  - 01 agente de serviço de laudo no portão (1º e 2º turno)
  - 01 agente de serviço de laudo no Xerox (3º turno)
  - 03 agentes de limpeza terceirizada (1º e 2º turno)
  - 01 agente de limpeza terceirizada (2º e 3º turno)
  - 01 professora PI na sala multi-recursos (1º e 2º turno)
- Equipe gestora (atuando nos três turnos):
  - 01 diretora
  - 02 vices
  - 01 secretária
  - 01 tesoureira

Além do seu quadro de alunos e funcionários a E. M. Oliveira de Assis Rodrigues abriga, desde 2003, alunos do Ensino Médio de uma escola estadual através da co-habitação no 3º turno em uma parceria entre estado e município.

## II – FINALIDADES DA ESCOLA:

Nos 17 anos de existência da Escola Municipal Oliveira de Assis Rodrigues, inúmeras mudanças ocorreram no que diz respeito ao espaço físico, quadro de pessoal, às concepções pedagógicas, aos paradigmas educacionais, à filosofia da escola, etc.

Existe uma dinamicidade neste processo que envolve todos os segmentos escolares e a comunidade e que visa estabelecer os objetivos pedagógicos, sociais, culturais, políticos e filosóficos propostos pela escola.

De forma preliminar a escola deve assegurar os princípios do artigo 3º da LDB nº 9394/96:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Pautada nestes princípios, propor uma formação global, crítica, cidadã voltada para a civilidade, que desenvolva o comportamento autônomo, com responsabilidade e iniciativa. Através de uma escola que realize a organização da rotina com objetivos que possibilitem vivências coletivas e seja sempre um espaço de ensino e aprendizagem.

Para garantir as finalidades do art. 22 da LDB:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores.

A escola precisa ser acessível, alegre, comunicativa, significativa, dinâmica e interventora, realizar um trabalho sistêmico que se contraponha ao fragmentado, que leve o aluno a ser capaz de compreender e propor soluções, ter possibilidade de escolhas e se reconfigurar sempre como indivíduo e atuar verdadeiramente como cidadão.

### III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

Localizada na periferia da cidade de Betim, na divisa com o município de Ibirité e atendendo a alguns alunos de assentamento, a Escola Municipal Oliveira de Assis Rodrigues atende atualmente 954 alunos em três turnos.

O diurno está organizado em Ciclos de Formação Humana, onde os alunos são enturmados por idade; 1º ciclo: 6,7 e 8 anos, 2º ciclo: 9 e 10 anos, funcionado no turno da manhã de 7 às 11:15; 3º ciclo: 11 e 12 anos e 4º ciclo: 13 e 14 anos funcionado à tarde de 13 às 17:25.

No noturno funciona a Educação de Jovens e Adultos dividida em dois segmentos; 1º segmento: series iniciais do Ensino Fundamental e 2º seguimento: séries finais do Ensino Fundamental, que atende a alunos de 15 a 82 anos, no horário de 18 às 22 horas.

A escola possui 16 salas das quais 14 são utilizadas como sala de aula, uma como sala multi-recursos para atendimento aos alunos **NEE** e uma para intervenções e atendimentos a pequenos grupos, por ser pequena. Conta também com um laboratório de informática com 16 computadores, uma biblioteca, uma sala de professores, uma secretaria, uma sala para coordenação pedagógica, uma sala para mecanografia e materiais, um auditório, uma cantina, um refeitório, uma quadra coberta e uma sem cobertura e banheiros feminino e masculino para professores e alunos.

Apesar de atender a uma boa demanda de alunos portadores de necessidades especiais e ter a sala para este atendimento a escola não possui acessibilidade adequada para estes alunos, o que dificulta muito o trabalho principalmente no 2º andar, onde se localiza 13 das 14 salas de aula.

A estrutura física da escola é boa, as salas de aula são amplas, possuem quadro branco, ventiladores e armário para professores. Já no que se refere à conservação, a escola enfrenta vários problemas como pichações e depredações ocasionadas principalmente por causa da co-habitação da escola estadual de Ensino Médio e má fiscalização da escola no final de semana.

A instituição possui 49 professores, 5 pedagogas, 5 técnicos de secretária e 5 de biblioteca, 10 agentes de serviço escolar, 4 auxiliares de limpeza, 1 tesoureira, 2 vices-diretora, 1 secretária, 1 diretora e 8 estagiários para acompanhamento dos alunos NEE.



O quadro de professores é composto através do quantificador de 1.3 professores por turma, o que possibilita que vinte por cento dos vinte módulos-aula semanais sejam destinados a estudo e planejamento. E é nestes momentos que a equipe pedagógica se reúne com os professores para planejar as atividades de acordo com as metas e habilidades propostas pelo município, considerando o nível de desenvolvimento dos alunos, o ciclo em que estão situados e suas dificuldades.

Mas infelizmente estes momentos ficam muito prejudicados pelo grande número de falta dos professores e da falta de substituto para os professores em licenças.

Segundo afirma Cury (2010, p.10) “(...) o solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar”, por isto, mesmo com poucos momentos para planejamento, a escola proporcionar atendimento a pequenos grupos, intervenções e flexibilizações aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem.

Buscando estas intervenções a escola participa desde 2009 do GEEMPA, programa de correção de fluxo, que visa alfabetizar os alunos de final de 1º ciclo e de demais ciclos que ainda não estão alfabetizados.

Outro programa que a escola possui é o Escola Aberta, que proporciona nos finais de semana oficinas de esporte, dança e produção de renda através de artesanato. O programa possui uma coordenadora, uma professora comunitária e 11icineiros que atuam sábado de 9 às 17 horas e domingo de 9 às 13 horas.

O programa Escola Aberta é mantido por recursos do Governo Federal (enviado anualmente) e administrado pela tesoureira da escola que coordena os recursos mensais enviados pelo Caixa Escolar Municipal, dos recursos do PDDE (anual), além de possuir recursos próprios provenientes de rifas, festas e barzinho.

A partir de setembro deste ano a escola passará a atender parte de seus alunos (250) em tempo integral, através do Programa Escola da Gente que visa proporcionar aos alunos, no contra-turno, oficinas de reforço escolar, esporte, dança, informática e natação.

As oficinas serão ministradas por monitores universitários e o programa coordenado por uma gestora indicada pela secretaria municipal de educação.

#### **IV- CURRÍCULO:**

Currículo é a sistematização de toda a ação pedagógica da escola. É fundamental que todos os profissionais da educação realizem discussões e reflexões sobre currículo em suas diversas e distintas concepções, de forma a garantir que seja bem elaborado, pautado na igualdade, sem discriminação e leve em conta todas as formas de conhecimento dos alunos.

A atuação pedagógica de gestores, professores e demais educadores devem estar em consonância com o processo curricular da escola que proporcione ao aluno ser um cidadão de direito.

Pensar em currículo é muito mais do seguir Parâmetros Curriculares Nacionais ou Propostas e Metas Estaduais ou Municipais para cada ciclo ou faixa etária. É garantir a real função da escola através da construção, reconstrução, democratização e universalização dos conhecimentos.

Torna-se extremamente necessário que os educadores da escola, juntamente com todos os segmentos que a compõe, discutam, reflitam, reavaliem e proponham, coletivamente, alterações e mudanças sobre alguns elementos curriculares: objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, didáticas, processos avaliativos e outros.

Pois, de acordo com Perrenoud (2000, p.), “(...) uma equipe perde o vigor se não consegue trabalhar o trabalho (...)” e de acordo com alguns relatos nos questionários aplicados, justificados pela falta de tempo para planejar, a escola vive no atual momento, um misto de rigidez e flexibilidade, de visão global e unilateral, de individualismo e de participação coletiva, no que diz respeito aos conteúdos e planejamentos curriculares.

Sendo assim, a Escola Municipal Oliveira de Assis Rodrigues precisa ter clareza do que almeja construir com os alunos cotidianamente, e, do que espera que os alunos alcancem ao final de cada ciclo ou período (EJA) de aprendizagem, buscando conciliar os diversos tipos de currículo, oficial, formal, explícito, oculto e vazio.

Ou seja, interagir o conhecimento científico e tecnológico com o conhecimento de mundo dos alunos e suas vivências em sociedade, como dispõe o artigo 58 do ECA: “(...) No processo educacional respeitar-se-ão os valores

culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente”...

O coletivo de educadores almeja uma proposta curricular com a “cara” e as expectativas da comunidade escolar como um todo, que busque a tão desejada “Educação de Qualidade”<sup>1</sup>, que seja desenvolvida de forma contínua sem a ruptura de um ano ou ciclo para o outro, garantindo padrões mínimos em busca de melhores resultados como vem acontecendo aos poucos no que se refere às avaliações sistêmicas e ao IDEB.

## **V- TEMPO ESCOLAR:**

Falar em tempo escolar é se deparar com vários fatores, desde a estrutura organizacional pedagógica da escola até a relação espaço/tempo escolar.

Como explica Freitas (2004, p.3), este tema é cercado por embates e disputas que se acentuam à partir da década de 90;

“Os tempos e espaços da escola continuaram no centro das disputas, puxados pelas transformações na base tecnológica da produção e pelas novas configurações que o trabalho e as profissões assumiram. As modificações conhecidas como progressão continuada e como ciclos são parte destes embates dos anos 90 e procuraram alterar os tempos e/ou espaços da escola...”

A Escola Municipal Oliveira de Assis Rodrigues está organizada em ciclos de formação humana, divididos em quatro ciclos, onde os alunos são enturmados por idade. Visando um melhor atendimento aos alunos dentro de cada ciclo contamos com alguns avanços como turmas flexíveis, regência compartilhada e atendimento a pequenos grupos (APG).

O quantificador de 1.3 professores para cada turma além de proporcionar a realização dos avanços citados, propicia também que o professor tenha tempo para realizar semanalmente estudo e planejamento.

Mas alguns entraves como a falta de salas para a flexibilização dos alunos e o número de falta de professores; onde no horário que seria de estudo, planejamento ou APG o professor precisa substituir outro colega; dificultam a eficácia e compromete a qualidade da ação educativa.

Outro ponto polêmico no que se refere ao tempo escolar, é o inciso I do artigo 24 da LDB (1996) “... a carga horária mínima anual será de oitocentas horas,

<sup>1</sup> Educação de qualidade é aquela onde o aluno realmente aprenda e possa garantir os conhecimentos mínimos para exercer sua cidadania e seu papel na sociedade.

distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar,...”, garantir o cumprimento da Lei e ainda ter “tempo” para reuniões administrativa, pedagógicas e planejamentos coletivos, requer um calendário escolar que contemple estes momentos e nem sempre se tem, além de ficar a discussão sobre o que é **efetivo trabalho escolar?**

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

Ao considerar tempo escolar é preciso ir além da origem da palavra ou da Lei, é necessário lidar com concepções, visões, culturas de todos os envolvidos no processo, alunos, professores, funcionários, pais, ou seja, da sociedade como um todo e levantar questões: Quando se contemplava 180 dias letivos e garantia-se em média 15 dias escolares o rendimento era menor ou maior? Aumentar o tempo do ano letivo trará melhor rendimento escolar?

A ampliação do horário está sendo implantada aos poucos na rede municipal de Betim. Prática iniciada no ano de 2009, com o nome de Escola da Gente, que prevê atividades variadas de esporte, lazer, cultura e aprendizagem, no contra-turno escolar.

Na Escola Municipal Oliveira, está prevista para iniciar em setembro do corrente ano atendendo 250 dos seus 954 alunos. O Programa contará com oficinas de reforço escolar, esporte, dança, informática e natação, que serão ministradas por monitores universitários, além de oferecer aos alunos almoço e lanche balanceados.

O Programa Escola da Gente tem um caráter mais voltado para a questão social do que pedagógica, como acontece em várias localidades do país onde se fala em tempo integral e ressalta Cavaliere (2007, p. 1017):

Torna-se então necessário abordar a questão do tempo de escola de forma a ir além da tentativa de resolver os déficits da escola pública brasileira, nos moldes em que hoje ela se estrutura. Um passo inicial parece ser a análise do tempo de escola em sua dimensão sociológica, ou seja, na dimensão que o compreende como tempo social.

Mas independente da visão social ou pedagógica o programa está sendo muito esperado por todos os segmentos que compõe esta unidade escolar, mesmo sabendo que implicará em aumento de trabalho para todos e uma dinâmica mais intensa de atuação da gestão que apesar de contar com mais uma componente, terá mais espaços, mais alunos, mais compromissos e responsabilidades a assumir.

## **VI- PROCESSOS DE DECISÃO:**

Uma gestão democrática prevê um fazer coletivo constante na luta pela garantia da autonomia escolar e da participação efetiva de todos os seguimentos da comunidade escolar nas tomadas de decisão.

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo. Processo que é mudança contínua e continuada. Mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, que, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola.

(BORDIGNON E GRACINDO, 2004, p.147)

A escola Oliveira de Assis Rodrigues, assim como a maioria das escolas da rede municipal de Betim , tem direção eleita por todos os segmentos da comunidade escolar, que elege também o colegiado, onde cada segmento (pais, alunos funcionários e professores) é eleito por seus pares de forma paritária (três representantes e três suplentes de cada segmento).

A atuação do colegiado, que realiza reuniões ordinárias mensalmente e ordinárias quando necessário, tem sido aos poucos ampliada, de forma a não atuar apenas nos aspectos financeiros e na utilização dos recursos (aprovação das contas do caixa escolar), como também nas questões pedagógico-administrativas.

Além do colegiado escolar como instância deliberativa a escola conta com os conselhos pedagógicos, que ocorrem trimestralmente ao final de cada etapa, para deliberação de questões relacionadas ao dia-a-dia do aluno como freqüência, aprendizagem e disciplina, e com uma boa relação com a comunidade que sempre que precisa pode contar com a escola e por isto apóia as decisões tomadas.

De forma geral as decisões da escola são realizadas de forma democrática e respeitando a posição dos diversos segmentos internos. Mas o mesmo não

acontece no que se refere Semed/escola e Semed/funcionários, a maioria das vezes há imposições e falta de espaço para o diálogo.

É preciso lutar para garantir a autonomia prevista na LDB (1996) em seu artigo 15º, "(...) os sistemas de ensino de (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2009. p.1) vem assegurar às unidades escolares públicas progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira", pois em Betim ainda não há esta progressividade sugerida.

## **VII- RELAÇÕES DE TRABALHO:**

O universo das relações é sem dúvida um terreno que requer uma atenção especial, pois lidar com seres humanos respeitando suas individualidades, origens, divergências, diferenças e semelhanças, de forma coletiva não é tarefa fácil.

As relações de convivência devem ser pautadas em valores que dão sentido à vida e que formem pessoas centradas, baseadas em relações autônomas e cooperativas, tendo a educação como foco de atuação para garantir os direitos humanos.

De modo geral existe uma boa convivência na escola, contudo, falta uma interação maior entre os diversos segmentos, que por muitas vezes só apresentam uma aproximação maior em momentos de confraternizações e reuniões coletivas.

O fato de a maioria dos funcionários (89,5%) terem uma carga semanal de trabalho entre 30 e 48 horas, muitos trabalharem em dois turnos em escolas diferentes impossibilita uma convivência mais próxima e dificulta a realização de momentos de socialização e formação em serviço.

Além disto, a falta de autonomia para discutir e organizar calendário escolar, tempo de estudo e planejamento interferem nas relações de trabalho, desmotivam os funcionários e dificulta a atuação da equipe gestora que deve articular profissionais, alunos e comunidade de forma integrada, visando uma interação participativa, cooperativa, que minimize os conflitos nas relações interpessoais.

A relação entre funcionários e alunos, em sua maioria, também é boa, pautada no respeito e reciprocidade. Mas, nas relações aluno-aluno ainda é preciso melhorar, faltam valores que norteiam as regras da boa convivência, tolerância, respeito ao próximo e a si mesmo.

Diante dos conflitos, impessoalidades e distanciamentos, faz-se necessário estabelecer momentos de reflexão coletiva, que propiciem espaço aberto para o diálogo e a construção de relações mais solidárias, integradas e uma comunicação mais eficaz que atinja os diferentes segmentos da escola.

Os espaços coletivos como conselho de classe e pedagógico, colegiado e assembléias escolares são de suma importância para respaldar as relações entre os diversos segmentos da escola, por isto é necessário garantir e ampliar o tempo e a qualidade destes momentos.

A articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola, a discussão sobre a formação de licenciados, a criação de espaços e mecanismos de participação e exercício democrático das relações de poder colocam-se como prerrogativas fundamentais para a problematização da escola que temos e para a sinalização da escola que queremos. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2010. p.1)

## **VIII- AVALIAÇÃO:**

A avaliação deve ser um instrumento capaz de exercer função diagnóstica, formativa e reguladora das aprendizagens e da prática dos educadores, através de ações que viabilizem o diagnóstico de modo a redimensionar o processo ensino aprendizagem.

A avaliação escolar do processo ensino-aprendizagem ocorre de forma permanente, constante e continuada, durante todo o ano letivo, porém, ainda não existe na E. M. Oliveira de Assis Rodrigues, um critério de avaliação definida coletivamente, cada professor acaba utilizando seus critérios e parâmetros avaliativos.

Os ciclos propõem a progressão continuada do aluno, e, ao final de cada um dos quatro ciclos de aprendizagem, são efetuados balanços dessa progressão e verificação das metas alcançadas pelos alunos, dentro das competências previstas.

Caso o aluno não tenha alcançado a meta básica prevista para seu ciclo, é proposta, após reflexão, a retenção, visando oportunizar o desenvolvimento das competências e habilidades em processo.

No entanto, existe uma portaria da Semed com a porcentagem máxima de retenção ao final de cada ciclo, o que frustra o grupo de profissionais, pois aqueles alunos que ainda não atingiram o que era esperado para determinado ciclo, não

podem ser retidos, mas também não existe nenhuma estratégia ou política voltada para “recuperar” estes alunos no ciclo seguinte.

A escola procura criar alternativas para amenizar as dificuldades ocasionadas pela porcentagem de retenção, tais como: flexibilização de alunos em ciclos diferentes, atendimento à pequenos grupos e turmas flexíveis dentro do próprio ciclo. Mas fatores como: - grande número de faltas por parte de alguns profissionais; - falta de professores; - falta de apoio por parte da Semed e até mesmo de espaço físico; dificultam o trabalho diferenciado e torna a progressão continuada um dos grandes desafios na busca pela educação de qualidade.

Em relação ao processo de avaliação dos educadores, da comunidade, da gestão e da instituição faltam instrumentos que consolidem e registrem estas avaliações que, por muitas vezes, acabam sendo apenas verbal, sem regularidade e periodicidade que propiciem o redirecionamento de ações, propostas e atividades.

A CONAE (2010, p.57) prevê:

“Uma **concepção ampla de avaliação** precisa incorporar o atributo da qualidade como função social da instituição educativa e a articulação entre os sistemas de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, por meio do SNE, além de se tornar periódica e continuada para estudantes, professores/as e gestores/as do sistema. Deve, também, agregar indicadores institucionais, tais como: projetos político-pedagógicos; infraestrutura; tempo de permanência do estudante na escola; gestão democrática escolar; participação do corpo discente na vida escolar, sistema de avaliação local; carreira, salário e qualificação dos/das trabalhadores/as da educação; formação continuada e tempo de planejamento na unidade de ensino; formação e forma de escolha do/da dirigente escolar; número de estudantes por sala e material pedagógico disponível. Como já asseverado, a prática da avaliação, que deve ser democrática e voltada ao aprendizado, também deve compreender e abarcar todas as esferas do Sistema Nacional de Educação, salas de aula, escolas, redes de ensino e os programas do Ministério da Educação.

Enfim, é preciso ampliar a visão de avaliação e romper barreiras de forma que tudo e todos sejam avaliados na perspectiva de aprimorar, ampliar e tornar mais eficaz o processo de ensino-aprendizagem, não só na escola, mas também na comunidade onde está inserida e em toda a sociedade.



## IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 18/08/10.

BARCELOS, Eronita. **A escola também é conteúdo**. Contexto e Educação. Ijuí, Universidade de Ijuí, n. 18, p. 37-42, jul.-set. 1992.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 20/08/10.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 15/08/10.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação pública**. Educação & sociedade, vol. 28 nº 100-Especial, p. 1015-1035, out. 2007. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 18/08/10.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/10.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 – 27ª Reunião da ANPEd, 2004. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/10.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/08/2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Mudanças na gestão e na organização do trabalho na escola**. In: Dalila Andrade Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar. (Org.). Política e gestão da educação. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. 1, p. 125-144

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Premissas Básicas Para Democratização Da Escola**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/09/2010.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 2000.